

Adriana Teixeira de Toledo
Ilene Patrícia de Noronha Najjarian
Coordenadoras

PRESCRIÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

PARA ALÉM DA LEI Nº 9.873, DE 1999

Apresentação
Adriana Teixeira de Toledo

Prefácio
Ricardo Villas Bôas Cueva

Alexandre Evaristo Pinto, Ary Alves da Costa Neto, Carmen Diva Beltrão Monteiro, Eli Loria, Euler Barros Ferreira Lopes, Flávio Maia Fernandes dos Santos, Gryecos Attom Valente Loureiro, Gyedre Palma Carneiro de Oliveira, Haroldo Mavignier Guedes Alcoforado, Igor Muniz, Juliana Toffoli Mello, Ilene Patrícia de Noronha Najjarian, Irapuã Beltrão, Marcia Lencastre, Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo e Nathália Marques

Copyright ● 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

TOLEDO, Adriana Teixeira de ; NAJJARIAN, Ilene Patrícia de Noronha. (COORDS.).

Prescrição em Processo Administrativo Sancionador: para além da Lei nº 9.873, de 1999.

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

Prescrição em Processo Administrativo Sancionador: para além da Lei nº 9.873, de 1999.

TOLEDO, Adriana Teixeira de; NAJJARIAN, Ilene Patrícia de Noronha. (COORDS.)

1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-245-8

1. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; 2. Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e de Capitalização; 3. Direito Administrativo Sancionador; 4. Processo Administrativo; 5. Processo Administrativo Sancionador; 6. Prescrição; 7. Lei 9.873/1999; 8. Banco Central; 9. Sistema Financeiro Nacional; 10. CVM; 11. Mercado de Capitais. 1. I. Título

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@glb.com

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação
Adriana Teixeira de Toledo, 13

Prefácio
Ricardo Villas Bôas Cueva, 17

I.

INTRODUÇÃO SOBRE PRESCRIÇÃO, 21

I. Notas sobre Processo Administrativo, Principiologia Jurídica e Prescrição, 23

Carmen D'iva Beltrão Monteiro

Introdução	23
1. O processo administrativo.....	24
1.1. Conceitos.....	24
1.2. Classificação.....	26
1.3. Finalidades.....	28
1.4. A Lei do Processo Administrativo Federal	29
2. Principiologia jurídica e processo administrativo	31
2.1. Princípios: conceituação.....	31
3. Prescrição: ser, não ser, soer	40
3.1. Prescrição: conceito e diferenciação de outros institutos	40
3.2. Silêncio administrativo e prescrição	42
3.3. Os princípios e a prescrição.....	44
4. Conclusão.....	46
Referências bibliográficas	49

II. Regime Prescricional da Lei 9.873/1999, Âmbito de Aplicação e Modalidades Prescricionais, 51

Euler Barros Ferreira Lopes

1. Introdução	51
2. Lei 9.873/1999, poder de polícia e as suas modalidades prescricionais	53
3. Prescrição ordinária pelo prazo previsto em lei penal: regra geral da independência entre as instâncias judicial e administrativa, requisitos para atração e prazos	65
4. Prescrição intercorrente: regime diferenciado, causas de sua descaracterização e seu termo <i>a quo</i>	73
5. Conclusão	80
Referências bibliográficas	81

II.

PRESCRIÇÃO NA PRÁTICA, 85

III. Causas Interruptivas da Prescrição e suas Dificuldades de Interpretação: Uma Abordagem do Assunto na Atuação Sancionadora da SUSEP, 87

Ary Alves da Costa Neto

1. Introdução	87
2. Breves considerações sobre a prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública Federal	88
3. A aplicação dos marcos interruptivos dos prazos prescricionais no âmbito da atuação sancionadora da SUSEP e suas dificuldades de interpretação	92
3.1. Atos inequívocos de apuração	93
3.2. Intimação e limites das causas interruptivas da prescrição	98
3.3. Decisão condenatória recorrível e fase recursal	101
4. Conclusão	104
Referências bibliográficas	106

IV. Prescrição Intercorrente nos Processos Administrativos e os Despachos para sua Interrupção, 107

Irapuã Beltrão

Introdução	107
1. Da necessária alocação da prescrição e decadência nos processos administrativos	108

2. A prescrição intercorrente nos processos administrativos derivados da Lei nº 9.873/99.....	112
3. A interrupção da prescrição intercorrente na Lei nº 9.873/99 e os atos de apuração das condutas.....	114
4. Apelação provida	117
5. O olhar do Poder Judiciário sobre a interrupção da prescrição intercorrente e os atos de apuração das condutas	121
6. Conclusão	127
Referências bibliográficas	128

V. A Interrupção do Prazo Prescricional por Qualquer 'Ato Inequívoco' Necessário à Apuração do Fato: Uma Análise sob a Ótica do Processo Administrativo, 129

Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo

Nathália Wilken Marques

1. Introdução à Prescrição (Lei nº 9.873/99).....	129
2. Da interrupção do prazo prescricional	133
3. Das condições que interrompem o prazo prescricional	133
4. Do ato inequívoco à apuração dos fatos	134
5. O entendimento da CVM	140
6. Conclusão	142
Referências Bibliográficas.....	143

VI. A Prescrição Intercorrente no CRSFN e na CVM, 145

Eli Loria

1. Introdução	145
2. Os entendimentos da Comissão de Valores Mobiliários e do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.....	148
3. Recurso nº 14.460, Relator Conselheiro Thiago Paiva Chaves, julgado na 440ª Sessão do CRSFN, Acórdão nº 126/2020 – Prescrição intercorrente na fase pré-processual.....	150
4. Conclusão	159
Referências bibliográficas	167

VII. Reflexões sobre o Enunciado nº 5 da Súmula do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (“Súmula 5” do CRSFN): Interrupção da Prescrição Intercorrente por Distribuição/Redistribuição do Processo a Relator, 169

Flávio Maia Fernandes dos Santos

1. Introdução	169
2. O instituto da prescrição e seus propósitos	169
3. Interpretação literal da Lei 9.873/99	171
4. Aplicabilidade ou não do art. 2º da Lei 9.873/99, de modo taxativo, a qualquer tipo de prescrição (ordinária e intercorrente).....	175
4.1. A interrupção da prescrição em outros ramos do Direito.....	176
4.1.1. A interrupção da prescrição no Direito Penal	177
4.1.2. A interrupção da prescrição no Direito Civil.....	178
4.1.3. As conclusões que se extraem da comparação da interrupção da prescrição no Direito Penal, Direito Civil e Direito Administrativo Sancionador a que se refere a Lei 9.873/99.....	180
5. Enquadramento de <i>distribuição/redistribuição a relator</i> como <i>despacho</i> apto a interromper a prescrição intercorrente.....	182
6. Conclusão	189
Referências bibliográficas	190

VIII. Termo de Compromisso e seus Reflexos no Fluxo do Prazo Prescricional no Âmbito dos Processos Sancionadores Perante a CVM e o BCB, 193

Gyedre Palma Carneiro de Oliveira

1. Introdução	193
2. Considerações Gerais sobre a Prescrição no Direito Administrativo Sancionador	195
3. Considerações Gerais sobre o Termo de Compromisso no Âmbito da CVM e do BCB.....	199
4. Reflexos do Termo de Compromisso na Fluição dos Prazos Prescricionais....	203
(a) Termo de Compromisso como causa suspensiva da prescrição administrativa ...	203
(b) Termo de compromisso como causa interruptiva da prescrição administrativa..	204
(c) Limitações dos reflexos do termo de compromisso sobre a prescrição civil da indenização por danos.....	207
5. Conclusão	210
Referências bibliográficas	211

IX. A Prescrição no Âmbito do CRSFN Frente à Decisão Judicial Suspensiva do PAS, 213

Gryecos Attom Valente Loureiro

1. Introdução	213
2. Prescrição na Esfera Administrativa	214
3. Uma alternativa viável.....	219
4. Conclusão	229
Referências bibliográficas	231

X. O Possível Controle e Reconhecimento da Prescrição em Processo Administrativo Sancionador Eletrônico, 233

Ilene Patrícia de Noronha Najjarian

1. Considerações Introdutórias	233
2. Processo administrativo eletrônico e a produção dos atos administrativos diante do instituto da Prescrição	234
3. A necessidade da implementação de um sistema informatizado de contagem de prazos processuais	243
4. Conclusão	251
Referências bibliográficas	254

III.

A PRESCRIÇÃO NA PERSPECTIVA DE OUTRAS LEGISLAÇÕES, 255

XI. Considerações Acerca da Aplicação do Prazo de Prescrição Administrativa Segundo o Regime Previsto na Lei Penal, 257

Haroldo Mavignier Guedes Alcoforado

Introdução	257
1. Regras aplicáveis à prescrição ordinária à luz da Lei nº 9.873, de 1999	259
2. Tratamento especial conferido diante de o fato objeto da ação punitiva ser constitutivo de crime	264
2.1. Condições e pressupostos.....	265
2.2. Delimitação e alcance	267
3. Cálculo da prescrição segundo o regime previsto na lei penal.....	273
4. Conclusão	276
Referências bibliográficas	277

XII. Reconhecimento da Prescrição Penal no Processo Administrativo Sancionador, 281

Igor Muniz e Juliana Toffoli Mello

1. Introdução	281
2. O processo administrativo sancionador.....	283
2.1. Prescrição no processo administrativo sancionador.....	284
2.1.1. Trânsito em julgado ou comunicação ao Ministério Público.....	287
2.1.1.1. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional	287
2.1.1.2. Superior Tribunal de Justiça.....	291
2.1.2. Avaliação do julgador.....	293
2.1.2.1. Comissão de Valores Mobiliários.....	293
2.1.2.2. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional	296
2.1.2.3. Superior Tribunal de Justiça.....	299
3. Conclusão	301
Referências bibliográficas	301

XIII. A Experiência de Outras Legislações sobre Prescrição Intercorrente no Processo Administrativo Sancionador – CARF, CADE e TCU, 305

Alexandre Evaristo Pinto

1. Introdução	305
2. Da Importância do Processo Administrativo	306
3. Da Prescrição no Processo Administrativo	309
4. Da Prescrição Intercorrente no âmbito do CARF	314
5. Da Prescrição Intercorrente no âmbito do CADE	316
6. Da Prescrição Intercorrente no âmbito do TCU.....	320
7. Conclusão	323
Referências Bibliográficas	325

IV. POSFÁCIO, 327

XIV. Enunciados de Súmulas do CRSFN e seus impactos no Processo Administrativo Sancionador, 329

Marcia Lencastre

1. Introdução	329
---------------------	-----

2. O Significado de Enunciado e Súmula	333
3. Enunciados de Súmulas do CRSFN.....	335
4. Impacto dos Enunciados de Súmula no Processo Administrativo Sancionador ...	346
5. Conclusão	346
Referências bibliográficas	347